Esmeralda Energias Renováveis S.A.

CNPJ nº 14.019.497/0001-02

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Balanço patrimonial	2018	2017
Ativo/Circulante	**9.097**	**11.854**
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	7.208	11.289
Estoques	–	359
Despesas antecipadas (Nota 7)	1.863	64
Outros ativos	26	142
Não circulante	**25.773**	**8.636**
Realizável a longo prazo	**–**	**8.634**
Títulos e valores mobiliários (Nota 8)	–	8.617
Partes relacionadas (Nota 13)	–	17
Imobilizado (Nota 9)	25.773	2
Total do ativo	**34.870**	**20.490**

Balanço patrimonial	2018	2017
Passivo/Circulante	**525**	**1**
Fornecedores (Nota 10)	358	–
Salários e encargos sociais	32	–
Obrigações tributárias (Nota 11)	135	1
Não circulante	**–**	**152**
Empréstimos e Financiamentos (Nota 12)	–	152
Total do passivo	525	153
Patrimônio líquido (Nota 14)	**34.345**	**20.337**
Capital social	19.799	19.799
Adiantamento para futuro aumento de capital	15.621	–
Lucros (prejuízos) acumulados	(1.075)	538
Total do passivo e do patrimônio líquido	**34.870**	**20.490**

Demonstração do resultado	2018	2017
Operações continuadas: Receita líquida (Nota 15)	–	156
Custos dos serviços prestados (Nota 16)	–	(122)
Lucro bruto	–	34
Despesas gerais e administrativas (Nota 17)	(1.324)	(52)
Outras despesas (Nota 18)	(403)	–
Prejuízo operacional	(1.727)	(18)
Receitas financeiras (Nota 19)	845	501
Despesas financeiras (Nota 19)	(42)	(42)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	803	459
(Prejuízo) lucro antes do IR e CS	(924)	441
Imposto de renda e contribuição social (Nota 20)	(340)	(5)
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(1.264)	436
Ações no fim do exercício (em milhares)	19.799	197.992
Lucro líquido por ações do capital social no fim do exercício em milhares de Reais	(0,0638)	0,0022

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Em 1º/01/2017	1.702	–	102	1.803
Aumento de capital	18.097	–	–	18.097
Lucro líquido do exercício	–	–	436	436
Em 31/12/2017	19.799	–	538	20.337
Dividendos pagos (Nota 14)	–	–	(349)	(349)
Prejuízo do exercício	–	–	(1.264)	(1.264)
Adiantamento para futuro aumento capital (Nota 14)	–	15.621	–	15.621
Em 31/12/2018	19.799	15.621	(1.075)	34.345

Demonstração do resultado abrangente	2018	2017
(Prejuízo) lucro do exercício	(1.264)	436
Total do resultado abrangente do exercício	(1.264)	436

Demonstração dos fluxos de caixa

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2018	2017
(Prejuízo) lucro antes do IR e da CS	(924)	441
Ajustes de: Juros e variações monetárias	42	42
Baixa de imobilizado	2	–
Variações de ativos e passivos: Clientes	–	112
Estoques	359	64
Despesas antecipadas	(1.799)	35
Outros ativos	116	(51)
Fornecedores	358	(41)
Salários e encargos sociais	32	(25)
Obrigações tributárias	(48)	(35)
Outras obrigações	–	(203)
Caixa (aplicado nas) gerado pelas operações	(1.862)	339
Juros pagos	(42)	(42)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(158)	(20)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(2.062)	277
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Títulos e valores mobiliários	8.617	(8.616)
Aquisições de bens do ativo imobilizado (Nota 9)	(25.773)	–
Caixa líquido aplicado nas atividades investimentos	(17.156)	(8.616)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	15.621	18.097
Recursos provenientes de partes relacionadas	17	144
Amortização de empréstimos e financiamentos	(152)	(169)
Pagamento de dividendos	(349)	–
Caixa líquido gerado pelas atividades financiamento	15.137	18.072
Aumento (redução) caixa e equivalentes caixa líquidos	(4.081)	9.733
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	11.289	1.556
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7.208	11.289

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Seção A - Informações gerais: 1. Contexto operacional: A Esmeralda Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima, com sede e foro em São Paulo (SP), constituída em 19/07/2011. A Companhia tem por objetivo a construção, operação e manutenção da usina solar fotovoltaica Esmeralda Energias Renováveis S.A., e a geração de energia proveniente do referido empreendimento. Em março de 2018, a Companhia foi 100% adquirida pela HS Solar II Empreendimentos e Participações S.A. e teve sua razão social alterada de Energybras Energias Renováveis Ltda. para Esmeralda Energias Renováveis Ltda. Em 19/03/2018 teve abertura de sua filial no local do Projeto, na Cidade de Agrestina-PE. Em 24/07/2018, através de Assembleia Geral, a Companhia foi transformada em sociedade anônima e atualmente está sob a denominação de Esmeralda Energias Renováveis S.A. A Companhia possui junto à ANEEL, a seguinte autorização e registro de geração:

UFV	Estado	Cidade	Potência total MW	Garantia física MW médio	Início	Término
UFV Esmeralda	PE	Agrestina	30	6,2	1º/11/2018	31/10/2038

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração, em 04/09/2019. **a) Contrato de Energia de Reserva - CER:** A Companhia firmou, em 23/02/2018 um Contrato de Energia de Reserva - CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Pelo presente contrato, a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a contar a partir de 01/11/2018, ao preço de R$ 294/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA. Com previsão para início das operações de teste em março de 2019 e efetiva operação comercial no segundo semestre de 2019, a Administração espera, com base no plano de negócios aprovado pelos órgãos de governança, já a partir do próximo exercício, reverter os resultados negativos. Eventual necessidade de caixa, se ocorrer, será suportada por aportes de capitais efetuados pelos acionistas. **2. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais, estão divulgadas na Nota 3. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, as quais foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, estão apresentadas na Nota 22. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. **a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º/01/2018: **(a) CPC 48 - Instrumentos Financeiros:** A Companhia adotou, a partir de 1°/01/2018, o CPC 48 e passou a classificar seus ativos financeiros sob as categorias de mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. No que se refere ao novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, a administração não identificou impactos na mudança de perdas incorridas para perdas esperadas. **(b) CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes:** Não aplicável para a Companhia uma vez que encontra-se em fase pré-operacional. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. **(i) Vida útil econômica de ativos não financeiros:** Conforme o OCPC 05 - Contratos de Concessão, para os bens integrantes da infraestrutura de geração vinculados aos contratos de concessão (uso do bem público) assinados após 2004, sob a égide da Lei nº 10.848/04, que não tenham direito à indenização no final do prazo da concessão no processo de reversão dos bens ao poder concedente, esses bens, incluindo terrenos, devem ser amortizados com base na vida útil econômica de cada bem ou no prazo da concessão, dos dois o menor, ou seja, a amortização está limitada ao prazo da concessão. A administração reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base no menor prazo entre a concessão e as vidas úteis estimadas de cada bem. **4. Gestão de risco financeiro: 4.1 Fatores de risco financeiro:** A Companhia iniciará as suas atividades operacionais no segundo semestre de 2019, e desta forma implementará a gestão de riscos com o objetivo de auxiliar o acompanhamento e o cumprimento das suas metas, e garantir sua liquidez financeira. Na estrutura de governança, o Diretor da Companhia, o Comitê administrativo e os Controladores acompanharão a execução das operações e definirá em conjunto as metas da Companhia. Seque o mapeamento dos riscos, classificados por sua relevância, sendo os mais relevantes listados a seguir: **a. Riscos operacionais:** relacionados à eficiência operacional dos ativos e disponibilidade dos sistemas: Plano de Ação: a operação do empreendimento já está contratada e no respectivo contrato constam as devidas coberturas para eventuais riscos operacionais, igualmente para fins ambientais. Além disto, internamente a Companhia mantém o gerenciamento diário da operação e manutenção da Usina Fotovoltaica Esmeralda. **b. Riscos de mercado:** taxa de câmbio, inflação e taxas de juros: Plano de Ação: nesta fase de operação e manutenção do empreendimento, já estão contratados todos os prestadores de serviços e seguros necessários. **c. Risco de liquidez:** relacionado ao cumprimento de obrigações financeiras. O cumprimento das obrigações junto aos fornecedores e cliente, possuem garantia ativa, capital próprio já foi 100% aportado, e o financiamento do empreendimento junto ao banco já está em fase de liberação da última parcela de desembolso, valor suficiente para quitação de todas as obrigações. Além disto, a Companhia possui receita fixa mensal suficiente para o pagamento de todas as obrigações. **d. Risco regulatório:** As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia. **4.2 Gestão de capital:** O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia. A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Em 31/12/2018 e 2017, não houve a emissão de notas promissórias bem como operações com derivativos. **Estimativa do valor justo:** A Companhia não possui ativos ou passivos mensurados a valor justo. Entretanto, pressupõe-se que os saldos de caixas e equivalentes de caixa, as contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos as eventuais perdas *(impairment)* no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

5. Instrumentos financeiros por categoria:

Ativos	2018 Ativos ao custo amortizado	2017 Empréstimos e recebíveis
Caixa e equivalentes de caixa	7.208	11.289
Títulos e valores mobiliários	–	8.617
Partes relacionadas	–	17
	7.208	19.923

Passivos	2018 Passivos ao custo amortizado	2017 Outros passivos financeiros
Fornecedores	358	–
Empréstimos e financiamentos	–	152
	358	152

O caixa e equivalentes de caixa e as contas a pagar são classificados como ao custo amortizado (2017 - "Empréstimos e recebíveis" e "Outros passivos financeiros", respectivamente). A Nota 2.1 contém explicações sobre o impacto da alteração na política contábil, após a adoção do CPC 48, em relação à classificação de ativos financeiros. **Políticas contábeis anteriores:** Os investimentos classificados em anos anteriores como empréstimos e recebíveis (e consequentemente mensurados ao custo amortizado) foram reclassificados para ativos financeiros ao custo amortizado na adoção do CPC 48. **6. Caixa e equivalentes de caixa:**

	2018	2017
Caixa	7	1
Bancos conta movimento (i)	1	1.596
Aplicações financeiras (ii)	7.200	9.692
	7.208	11.289

(i) O saldo de recursos em banco e em caixa compreende depósitos em conta corrente disponíveis para uso imediato. (ii) As aplicações financeiras são referentes a Fundos de Investimento CONTAMAX mantido junto ao Banco Santander, indexados pela variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Podem ser resgatados imediatamente em um montante conhecido de caixa, sem penalidade de juros e estando sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, cuja intenção da administração é fazer uso desses recursos no curto prazo. Os referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações da Companhia. A taxa de remuneração da aplicação do Banco Santander de curto prazo em 2018 é de 10% a 100%, variando de acordo com o tipo de aplicação.

7. Despesas antecipadas:

	2018	2017
Custo de transação a apropriar (i)	1.852	–
Outras despesas antecipadas	11	64
	1.863	64

(i) Refere-se a tarifas bancárias e remuneração de serviços profissionais de terceiros incorridos para viabilização da captação de recursos futuros junto ao Banco do Nordeste (BNB) e Santander. Enquanto não captados os recursos são mantidos como pagamento antecipado e, quando da liberação do financiamento, serão incorporados ao custo de transação para ajuste na taxa efetiva dos juros. **8. Títulos e valores mobiliários:** Títulos e valores mobiliários (i):

	2018	2017
Títulos e valores mobiliários (i)	–	8.617
	–	8.617

(i) Refere-se a LFT (Letra Financeira do Tesouro), total de 930 títulos, aplicados na data de 12/12/2017 com vencimento em 1º/03/2023. Os resgates foram efetuados nos meses de julho, agosto e outubro de 2018.

9. Imobilizado:

	Taxa	31/12/2017	Adições	Baixas	31/12/2018
Custo: Equipamentos de informática	–	2	–		2
Máquinas e equipamentos Imobilizado em andamento (i)	2	6.684	(2)		6.684
Adiantamento para imobilizado em andamento (ii)	–	19.087	–		19.087
	2	25.773	(2)		25.773
Saldo contábil, líquido	2	25.773	(2)		25.773

(i) Refere-se a pagamentos efetuados ao fornecedor Weg Equipamentos Elétricos S.A., vinculados às parcelas relacionadas a assinaturas do contrato para fornecimento, projeto, instalação e montagem das Usinas e gastos incorridos com consultoria e assessoria técnica e econômico-financeira relacionados a construção do complexo fotovoltaico. (ii) Adiantamentos efetuados ao fornecedor Weg Equipamentos Elétricos S.A., vinculados as parcelas relacionadas a assinaturas do contrato para fornecimento, projeto, instalação e montagem das Usinas pendentes de faturamento.

10. Fornecedores:

	2018	2017
Inova Energy Engenharia S.A.	211	–
RE Comercio e Serviços Estruturais	17	–
Mattos F. Veiga F. Marrey Jr. e Quiroga Advogados	122	–
Outros	8	–
	358	–

11. Obrigações tributárias:

	2018	2017
CSLL Retido na Fonte a recolher	9	–
CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido a recolher	51	–
IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica a recolher	29	–
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte a recolher	15	–
ISS - Imposto sobre Serviços Retido na Fonte a recolher	16	–
Outros	15	1
	135	1

12. Empréstimos e financiamentos:

	2018	2017
Banco Itaú (i)	–	68
Banco Santander (ii)	–	84
	–	152

(i) Contrato de capital de giro, contratado a uma taxa de 2,39% a.m. com prazo de 36 meses. O vencimento está previsto para 20/05/2019. Em 13/03/2018, a Companhia liquidou totalmente este empréstimo. (ii) Empréstimo de capital de giro contratado junto ao Banco Santander, no montante inicial de R$ 110 mil, a uma taxa de juros de 2,33% a.m., com prazo de 36 meses. O vencimento do contrato está previsto para 20/05/2019. Em 14/03/2018, a Companhia liquidou antecipadamente os saldos deste empréstimo. A Companhia não tem contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas ("covenants"), relacionados ao atendimento de índices econômico-financeiros, ou a qualquer outro item financeiro como geração de caixa e outros.

	Empréstimos bancários	Caixa e equivalentes	Títulos e valores	Dívida líquida
Excesso de caixa em 31/12/2017	152	(11.289)	(8.617)	(19.754)
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa:				
Pagamento de empréstimos	(152)	–	–	(152)
Pagamento de juros	(42)	–	–	(42)
Outras	–	4.081	8.617	12.698
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa				
Variações monetárias/cambiais	42	–	–	42
Excesso de caixa em 31/12/2018	–	(7.208)	–	(7.208)

13. Partes relacionadas:

	2018	2017
Geobrasil Sol. Ambient. S.A. (i)	–	17
	–	17

(i) Conta corrente com a coligada Geobrasil Sol. Ambient. S.A. para fins de reembolso. **Remuneração dos administradores:** Em 2018, não houve pagamento de remuneração aos sócios e diretores da Companhia. **14. Patrimônio líquido: a) Capital social:** Em 31/12/2018, o capital subscrito da Companhia é de R$ 19.799, totalmente integralizado e dividido em 19.799 quotas com valor nominal de R$ 1 cada uma. A composição do capital da Companhia está composta da seguinte forma, em 31/12/2018:

Composição	Participação (%)
HS Solar II Empreendimentos e Participações S.A.	100

Durante o exercício de 2018, os acionistas efetuaram aportes de capital no montante de R$ 15.621 conforme quadro abaixo:

Mês	Valor aportado
Outubro	1.700
Novembro	5.121
Dezembro	8.800
	15.621

Os valores aportados foram contabilizados como adiantamento para futuro aumento de capital e foram integralizados conforme ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31/01/2019. **b) Pagamento de dividendos:** Em 2018, foram pagos a ex-sócia Roseli Doreto da Silva os valores de R$ 49 em 14/02/2019 e R$ 300 em 6/03/2018, referentes aos dividendos do exercício anterior.

15. Receita líquida:

	2018	2017
Receita com revenda de produtos	–	133
Receita com prestação de serviços	–	30
(PIS, COFINS e ISS sobre vendas)	–	(7)
	–	156

16. Custo dos serviços prestados:

	2018	2017
Mercadoria para revenda	–	(122)
	–	(122)

17. Despesas por natureza:

	2018	2017
Despesas administrativas (i)	296	10
Aluguel	300	–
Serviços de terceiros (ii)	539	3
Despesas tributárias	21	1
Despesas com pessoal (iii)	168	38
	1.324	52

(i) Despesas administrativas:	2018	2017
Despesas com veículos	13	1
Refeições e lanches	12	–
Materiais de escritório	9	–
Conduções e transportes	3	–
Legais e judiciais	100	–
Multas	9	–
Aluguéis	2	–
Viagens	88	9
Despesas diversas	60	–
	296	10

(ii) Serviços de terceiros:	2018	2017
Honorários advocatícios	300	–
Honorários de auditoria	4	–
Honorários de contabilidade	31	2
Serviços prestados pessoa física	1	–
Serviços prestados pessoa jurídica	203	1
	539	3

(iii) Despesas com pessoal:	2018	2017
Salários	88	19
13º salário	14	1
Férias	19	5
INSS	31	2
FGTS	9	4
Outras despesas com pessoal	7	7
	168	38

18. Outras despesas:

	2018	2017
Baixa imobilizado	2	–
Perdas (i)	401	–
	403	–

(i) Valor referente a estoque de matéria-prima e adiantamento de importação contabilizados indevidamente em 2017 e baixados para perdas em 2018.

19. Resultado financeiro:

	2018	2017
Receitas financeiras: Juros ativos	4	10
Rendimentos sobre aplicações financeiras	841	491
	845	501
Despesas financeiras: Despesas bancárias	–	(4)
Juros sobre financiamento	(42)	(38)
	(42)	(42)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	803	459

20. Imposto de renda e contribuição social: A Companhia está enquadrada no lucro presumido pelo regime de caixa. O imposto de renda e a contribuição social foram calculados apenas sobre as receitas financeiras visto que a Companhia ainda não possui faturamento, e em seguida aplicado o percentual de 15% e 10% adicional para o IRPJ e de 9% para CSLL.

LUZ PUBLICIDADE (11) 3121-5555
www.luzpublicidade.com.br

	2018
Receitas Financeiras - regime caixa	1.055
Imposto de renda: 15%	158
Adicional do imposto de renda: 10%	87
Total de IRPJ (ii)	245
Contribuição social: 9% (iii)	95
Imposto de renda e contribuição social (ii) + (iii)	340

21. Eventos subsequentes: a) Empréstimos e Financiamentos: Em 29/06/2018, a Companhia firmou contrato de captação de recursos junto ao BNB, no montante de R$ 91.379, para financiamento da construção da usina solar fotovoltaica, à taxa de juros de 5,55% a.a. Até 31/12/2018, a Companhia não recebeu nenhum recurso. Em 15/03/2019 ocorreu o primeira liberação, no valor de R$ 54.827 e, em 31/05/2019, segunda liberação, no valor de R$ 13.707, ficando pendente ainda a liberação de R$ 22.845. O principal da dívida será pago em 216 parcelas mensais a partir de 15/08/2020, com vencimento final em 15/07/2038. Durante o período de carência, fixado em 24 meses, com início em 15/08/2018 e término em 15/07/2020, serão pagos juros em base trimestral. O pagamento de juros terá início em 2019 com a liberação. A Garantia perante o Contrato de Financiamento do BNB é a contratação junto ao Santander do Instrumento Particular de Prestação de Fiança e Outras Avenças, onde o Santander entra como Fiador da operação, pelo prazo de 2 anos. Após esse prazo a Companhia pode optar por substituir a garantia junto ao BNB e rescindir o Contrato com o Santander. **b) Integralização adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC:** Em 31/01/2019 foram integralizados ao capital o valor de R$ 19.947 referente adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) recebido em 2018 (R$ 15.621), assim como recursos aportados pelo sócio HS Solar Empreendimentos e Participações S.A., no valor de R$ 4.326 no início de 2019. **c) Contratação de seguros (não auditado):** Em 2019, foi contratado seguro para os riscos operacionais, com vigência de 17/04/2019 a 17/04/2020, na importância segurada de R$ 153.382 mil. **Seção D - Políticas contábeis: 22. Resumo das principais políticas contábeis:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **22.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. **22.2 Ativos financeiros: 22.2.1 Classificação:** A partir de 1º/01/2018, a Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado). • Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. **Instrumentos de dívida:** A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio da Companhia para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. A Companhia classifica seus títulos de dívida como a seguir: • Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. **22.2.2 *Impairment:*** A partir de 1º/01/2018, a Companhia passou a avaliar, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. **22.2.3 Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte. **22.2.4 Políticas contábeis adotadas até 31/12/2017:** Conforme permitido pelas regras de transição do CPC 48, a nova norma foi adotada pela Companhia a partir de 1º/01/2018, sem a reapresentação das cifras comparativas do exercício de 2017. Por esse motivo, as práticas contábeis adotadas na elaboração das informações comparativas são as mesmas divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício anterior de 31/12/2017, cujo resumo apresentamos a seguir: **(i) Classificação:** Até 31/12/2017, a Companhia classificava seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação dependia da finalidade para a qual os ativos financeiros eram adquiridos. **(ii) Reconhecimento e mensuração:** A mensuração inicial não foi alterada com a adoção do CPC 48. **22.3 Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos. O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. A Resolução Normativa nº 474 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), de 7/02/2012, e estabelece novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367, de 2/06/2009. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada conforme as taxas anuais estabelecidas pela ANEEL através da Resolução nº 474 em vigor desde 7/02/2012. Alguns bens do ativo possuem vida útil superior ao prazo de autorização e, portanto, ao término de 30 anos de exploração do serviço, esses bens ainda terão valor residual não depreciado. **22.4 Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. Impairment de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido. **22.5 Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **22.6 Provisões:** Uma provisão é reconhecida quando (i) a Companhia possui uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. **22.7 Capital social:** O capital social da Companhia é composto por quotas. **22.8 Imposto de renda e contribuição social:** A Companhia está registrada no lucro presumido. Dessa forma, o imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o Lucro Presumido calculado sobre a alíquota de presunção de 32% sobre a receita bruta auferida com a venda de energia; acrescida dos rendimentos de aplicações financeiras e as receitas e os ganhos de capital, não decorrentes da atividade operacional da pessoa jurídica, mais adicional de 10% sobre a base de cálculo do imposto ajustada que exceder a R$ 60.000 trimestrais, perfazendo R$ 240.000 anuais. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o Lucro Presumido calculado sobre a alíquota de presunção de 32% mais os acréscimos previstos na forma da legislação vigente. **22.9 Novas normas que ainda não estão em vigor:** As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2017. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). **(a) IFRS 16/CPC 06 - Leases (Arrendamentos):** A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma poderá impactar o registro das operações de arrendamento mercantil operacional que a Companhia tem em aberto e ainda está avaliando os possíveis impactos. Esta norma é obrigatória para exercícios iniciados em ou após 1º/01/2019. A administração pretende aplicar a abordagem de transição simplificada e não irá reapresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. Ativos de direito de uso relativos a arrendamentos de propriedades serão mensurados na transição como se as novas regras sempre tivessem sido aplicadas. Todos os outros ativos de direito de uso serão mensurados ao valor do passivo de arrendamento no momento da adoção (ajustado em relação a quaisquer despesas de arrendamento pagas antecipadamente ou acumuladas). Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Empresa.

Diretoria

Contador: Tatiane C. S. da Freiria - CRC 1SP 302.135/O-2

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas - Esmeralda Energias Renováveis S.A.. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Esmeralda Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Esmeralda Energias Renováveis S.A. em 31/12/2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 14 de setembro de 2019

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Vinícius Ferreira Britto Rêgo - Contador - CRC 1BA024501/O-9

LUZ PUBLICIDADE (11) 3121-5555
www.luzpublicidade.com.br